

Nem tudo será fácil para o Planalto

TARCÍSIO HOLANDA

O presidente Fernando Collor terá muitas dificuldades nas suas relações com o novo Congresso, principalmente com uma Câmara dos Deputados que sofreu renovação superior a 60 por cento. A Câmara costuma dar muito mais trabalho do que o Senado a todos os governos e até agora o Planalto não mostrou eficácia na montagem de uma base parlamentar de apoio.

Os notórios embaraços que ameaçam levar o Plano Collor ao completo naufrágio na batalha contra a inflação ainda não acabaram com a popularidade do Presidente entre os "descamisados", o segmento mais pobre da população, mas já os deixa inseguros, enquanto que os setores médios, em sua maioria, já não escondem a impaciência.

O Congresso costuma ser muito sensível às inquietações da opinião pública. Basta lembrar que, pouco antes da edição do Plano Cruzado, a maioria dos congressistas ameaçava pôr Sarney no chão. O senador Fernando Henrique Cardoso chegou a sugerir a renúncia do então presidente. Logo que a multidão saiu às ruas para aplaudir o Plano, o então poderoso PMDB aderiu em peso a Sarney e seu polêmico programa econômico.

A classe média, responsável pela eleição da maior parte dos parlamentares, ainda não se esqueceu de que o Presidente confiscou seus ativos financeiros, que continuam congelados à ordem do Banco Central. Só as pessoas jurídicas tiveram o privilégio de sacar os cruzados retidos, empregando mil e um

artifícios, alguns dos quais nada lícitos. Congresso novo, todavia, de início, manifesta sempre boa vontade em relação aos governos e nada indica que este venha a agir de modo diferente. Mas, essa trégua tem prazo de duração. Cedo ou tarde chegará a hora da verdade nas relações entre o Presidente e o Parlamento.

DISSABORES

Há um consenso entre os mais experientes políticos de que o presidente Fernando Collor sofrerá muitos dissabores nas suas relações com o futuro Congresso se continuar revelando tão pouco gosto na montagem de sua estrutura de apoio parlamentar. Em favor do Presidente poder-se-á alegar que ele foi obrigado a manter relações com um Congresso em final de mandato, sem legitimidade e com imagem pública deteriorada.

Seu grande mérito foi resistir heroicamente a todos os apelos para entrar na barganha do "é dando que se recebe". Mas, se teve indiscutível mérito ao resistir a seus ansiosos correligionários, o Governo deixou à mostra uma contradição insuperável: sua base de apoio parlamentar tem posição frequentemente contrária às suas "propostas modernizadoras".

Já se sabe que, na intimidade, o Presidente reconhece essa realidade tão palpável. Recentemente, o governador cearense Ciro Gomes disse-lhe claramente que ele tinha propostas de modernização do País, mas seu Governo exibia a mesma face do ex-presidente José Sarney, uma vez que tinha a apoiá-lo os mesmos políticos fisiológicos de sempre.

O Presidente concordou com a observação de Ciro, embora advertindo que desejava mudar de aliados, mas, infelizmente, não pudera, pois os tucanos, por exemplo, resistiam a se integrar a seu governo. Com o professor Hélio Jaguaribe, Collor teve o mesmo desabafo. Reconhece que a sua base de apoio entrava frequentemente em curso de colisão com suas propostas, porque tinha uma visão cartorialista e atrasada do Brasil. Lamentava que os políticos que têm uma posição semelhante à do Governo em matéria econômica e social resistam a se integrar à política governamental.

As provas de incompatibilidade da base parlamentar do Governo com suas propostas reformistas são mais do que evidentes. Enquanto o Presidente da República iniciava verdadeira campanha, com todo o peso da máquina oficial, contra os cartões que inundam a economia brasileira, muitos dos seus correligionários aliavam-se a esse oligopólio.

Por várias vezes o gabinete do líder do PFL na Câmara dos Deputados, Ricardo Fiúza, serviu de base para os lobbies da indústria de cimento ou dos moinhos de trigo — para falar apenas em dois setores que estiveram e ainda estão na mira do Governo através dos instrumentos repressivos colocados à disposição do Ministério da Justiça.

A derrubada de medida provisória do Governo que aumentava a taxa progressiva do Imposto Territorial Rural sobre as propriedades, instrumento de grande eficácia para uma reforma agrária verdadeira, aconteceu graças à acintosa articulação de parlamentares do PFL e do PDS com notórios interesses na estrutura fundiária da vários estados do País.

A próxima legislatura reserva surpresas para o Governo dentro e fora do Congresso. O senador eleito Epitácio Cafeteira (PDC) sustenta que Collor não terá apoio de seus correligionários se não admitir que eles participem da tomada de decisões. "O poder tecnocrático reinstalou-se com toda a força no País", afirma Cafeteira, consciente de que o Governo não tem dado a menor atenção ao Parlamento.

Pondo de lado a fisiologia, uma característica tão marcante da política brasileira, o Governo adota em relação aos que o apoiam no Congresso uma atitude imperial. Não discute com seus correligionários as decisões que pretende adotar. Isso vale para todos os setores, segundo os próprios líderes dos partidos que o apoiam no Congresso. Agora mesmo, as medidas econômicas que estão sendo anunciadas não foram discutidas nem mesmo com os líderes governistas no Congresso. Este sentimento de marginalização dos que apoiam o Governo gera ressentimentos que costumam se vingar durante as votações.

Como todo pacote econômico para conjurar a inflação galopante como a brasileira tem de ser recessivo, papel de singular relevo caberá aos governadores nessa nova quadra que agora se inicia. E os governadores não estarão interessados em se associar a uma fase de escassez prolongada de recursos quando assumiram tantos compromissos com os povos de seus estados.

Ao longo de toda a República, os governadores sempre tiveram influência perturbadora sobre os congressistas.

SENADO

	1983	1986	1987	1990	1991
PMDB	21	25	45	19	23
PDS	46	15	5	3	3
PSDB	—	—	—	12	10
PFL	—	20	15	13	15
PDT	1	3	2	5	6
PTB	1	1	1	3	7
PRN	—	—	—	4	6
PT	—	—	—	—	1
PDC	—	—	1	5	4
PSB	—	2	1	3	2
PL	—	2	1	—	—
PST	—	—	—	1	1
PMB	—	—	1	—	—
PMN	—	—	—	—	1
Outros	—	—	—	5	2

■ A evolução das bancadas: 1982, na última eleição sob governo militar, com apenas cinco partidos e com voto vinculado; 1986, nesse mesmo Congresso, com a reorganização partidária após a vitória de Tancredo e Sarney; 1987, após as eleições do Plano Cruzado, que deram vitória arrasadora ao PMDB para um novo Congresso que seria também a Assembléia Nacional Constituinte; 1990, após novo troca-troca partidário e a criação de partidos como o PSDB e o PRN, 1991, o Congresso que assume hoje. Em outros estão pequenos partidos de duração efêmera e os que ficaram momentaneamente sem partido.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

	1983	1986	1987	1990	1991
PMDB	200	215	260	170	109
PFL	—	129	118	94	83
PDS	235	69	33	30	42
PDT	23	24	24	31	46
PTB	13	14	17	21	37
PSDB	—	—	—	51	38
PT	8	6	16	16	35
PRN	—	—	—	22	41
PDC	—	3	5	14	22
PL	—	2	6	17	16
PSB	—	3	1	6	11
PCdoB	—	2	3	6	6
PCB	—	3	3	3	3
PSC	—	2	1	2	5
PRS	—	—	—	—	4
PST	—	—	—	1	2
PTR	—	1	—	1	2
PMN	—	—	—	—	1
PSD	—	—	—	1	1
Outros	—	6	—	9	—